

Pelo direito à transcendência! Aceitar a finitude

Gisela Rebelo de Faria*

Universidade do Porto, IF

Resumo: Apresento uma reflexão sobre habitar coletivamente o lugar urbano, a partir da politicidade da arte, procurando modos de transformar o espaço de uso público em espaço público efetivo. O corpo humano, tanto individual como coletivo, configura-se simultaneamente como um dispositivo de territorialização e como um argumento que convoca possíveis articulações e reconfigurações desse espaço.

Palavras-chave: arte pública, comum, espaço (de uso) público, intervenção, resistência

Abstract: I present a reflection on the collectively inhabited urban spaces, from the political nature of art, seeking ways to transform publicly used spaces into effective public spaces. The human body, both individual and collective, is simultaneously configured as a device of territorialisation and as an argument that invokes possible articulations and reconfigurations of such space.

Keywords: public art, common, public (use) space, intervention, resistance

Vive-se como se o mundo constituísse recursos infinitos, como se o tempo nunca fosse esgotar... Ignora-se, ou prefere-se irrefletidamente ignorar, que o fim chegará, embora de modos e em momentos distintos para cada ser, para cada ser humano. Aceitar a finitude e a inevitabilidade da limitação será, porventura, um possível caminho para a salvação do mundo. Será necessário olhar além das ilusões de abundância e de controlo infundáveis, acalmar os egos, reconhecendo a urgência de viver com mais empatia e responsabilidade, pelos semelhantes e pelo sistema-lugar partilhado. Pelas palavras de Eduardo Galeano (sobre a utopia): “Ela está no horizonte – diz Fernando Birri. – Aproximo-me dois passos ela afasta-se dois passos. Caminho dez passos e o horizonte recua dez passos. Por mais que eu caminhe, nunca a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar” (Galeano 2018: 320).

A aceitação da finitude será uma declaração do direito à transcendência – o transcendente no imanente, pelo imanente! E que poderá relacionar-se com a experiência estética. A possibilidade de salvação do mundo dar-se-á, portanto, como um processo (ainda que simbólico), não como um objetivo a alcançar. Ademais, ao convocar a Arte Pública, a partir de uma reconfiguração conceptual, procurar-se-á uma dimensão *ética* e *estética* para debater as possibilidades de *habitar* e de *agir* coletivamente, num contexto de pluralidade.

A Organização das Nações Unidas prevê que, até 2050, 70% da população mundial viverá em áreas urbanas (United Nations 2024). A mesma Organização, em junho de 1972, na *United Nations Conference on the Human Environment*, iniciou o debate sobre o início da aceleração e da transformação dos processos de globalização dos circuitos de produção, de circulação e consumo. Isto vem provocar um contínuo movimento de reestruturação das bases territoriais com grandes impactos não apenas morfológicos, mas também sociais e culturais, fenómenos que se intensificam nas décadas seguintes (Brenner 2014). Nessa mesma década, consolidava-se uma teoria de “decrecimento” (Latouche 2012), assinalando a conferência de 1972 como o marco oficial da preocupação dos governantes pelos assuntos ambientais e considerando a gestão dos limites do crescimento como um importante desafio intelectual e político. Uma década depois, anos 80 do século XX, a ONU volta a discutir questões relacionadas ao meio ambiente com o objetivo de aprofundar o estudo sobre o tema. O resultado foi o relatório intitulado *Our Future Common* (United Nations 1987), que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável, “aquele que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”. Porém, atualmente, confirma-se o fenómeno da Urbanização Planetária, impulsionado pelo crescente sistema capitalista, o qual compromete o

Desenvolvimento Sustentável, com efeitos diretos na degradação do *bem comum* (Harvey 2012). Nesse contexto, a pluralidade poderá manifestar-se como um meio essencial para compreender as complexidades do mundo, marcadas por diversas instabilidades que desafiam uma maior mobilização cognitiva (Innerarity 2006), requerendo, portanto, a produção de novas formas de participação e de cidadania. Verifica-se, ainda, que a condição urbana contemporânea é caracterizada por um território que justapõe os espaços físico e digital. Esse fenômeno pede uma atenção renovada às possíveis formas políticas que, eventualmente, impactem a justaposição que origina um fenômeno de desterritorialização (Pereira 2011, 2019).

Será, portanto, pertinente e urgente conceptualizar e contextualizar *público* (como espaço, além de esfera), a partir de um propósito territorial e de acontecimentos espaciais. Pois a construção de Espaço Público vem territorializar a Esfera Pública, conceito abstrato e universal, próprio do discurso filosófico. E a espacialização e a territorialização podem revelar-se como um processo de mudança e de transformação: um espaço universal que abrange tanto o físico quanto o digital, mas que, através da arte, pode tornar-se experiencial, uma espacialização de ideias e de pensamentos, pela arte.

Com efeito, desde meados do século XX, a prática artística tem evoluído por meio de uma materialização cada vez mais próxima do contexto urbano e dos cidadãos. Essa evolução, que se intensifica no início do século XXI, convergiu para uma intenção de Arte Pública que ultrapassa a matéria e o ambiente construído, privilegiando a performatividade como prática estética socialmente comprometida. Essa evolução enunciou uma viragem performativa que questiona as fronteiras entre sujeito e objeto, significante e significado (Fischer-Lichte 2019), e conferindo à arte uma dimensão, para além de estética, política (Rancière 2010).

A partir da politicidade da arte é possível refletir sobre o *habitar* coletivo no contexto urbano, nas suas dimensões material e imaterial, procurando explorar processos-ações que auxiliem a construção de Espaço Público. Isso ocorre através da ação do corpo humano, nas suas manifestações individuais e coletivas, utilizando a performatividade como meio de expressão, interação e intervenção. O corpo humano é simultaneamente dispositivo de territorialização e argumento para convocar as reconfigurações e articulações do e no lugar partilhado. Para abordar o conceito de *habitar* nesta perspetiva, é imprescindível convocar Martin Heidegger (2009), para quem *habitar* transcende a comum ocupação do espaço, sendo uma forma de estar no mundo que implica uma conexão profunda com o ambiente e com os demais. Nesse contexto, o conceito de humano é marcado pela finitude, pela consciência da mortalidade e pelas limitações da existência como ser em constante construção: o ser que se relaciona com a própria existência no mundo e com esse tempo limitado. A finitude é fundamental para a procura da autenticidade, pois ao reconhecer a condição finita é possível tomar decisões mais significativas e viver de forma mais

plena, estabelecer uma relação com a temporalidade: tempo de ser-aí; tempo de ser-no-mundo – o *Dasein*. E essa experiência temporal é fundamental para compreender como o ser humano se projeta para o futuro, enquanto simultaneamente está enraizado no presente e moldado pelo passado (Heidegger 2009).

O tempo-espaço surge com valor antropológico, relacionando-se com o *habitar*, que é espacial e performativo – ocupar um espaço e ser nesse espaço – o *habitar* é o especificamente humano. Portanto, despoletar o lado sensível por meio da dimensão estética performativa (pela arte!) implica o dever de enfrentar (sem necessariamente confrontar) o instantâneo (agudizado pelo uso das tecnologias digitais), impulsionando para o demorar no espaço e nos movimentos urbanos a fim de pensar coletivamente o *comum*. Não se trata de uma rejeição das tecnologias, mas da procura por uma maior consciência da sua condição, do tempo de *habitar* espaço urbano. Pensar o *comum* implica revisitar a conceção de *multitude*, evidenciando as dimensões política e ética que se manifestam na resistência à dominação (Espinosa 1992). E a liberdade humana (individual e coletiva) é a potência das ações do nosso corpo e da nossa mente, pois a singularidade é sempre relacional: somatório de vários indivíduos, em corpo e ideias, na procura pela democracia. Não existe um estado de permanência; há uma constante variação, pois o corpo está sempre relacionado com outro corpo, afeta e é afetado. O *comum* fundamenta-se por uma dimensão ontológica: o poder coletivo de base metafísica (*conatus*), determinando que a *multitude* é composta pelo somatório de todos os indivíduos como modo finito de uma substância única e infinita sujeita a uma mesma ordem natural (*ibidem*).

Pela Arte Pública, poder-se-á implementar dinâmicas que se inscrevam através da (con)vivência, da apropriação, da incorporação, da participação – constituindo uma ação! – no e com o espaço urbano. A criação artística é um veículo para circunscrever narrativas éticas e políticas – necessariamente estéticas – que atuem no viver coletivamente o espaço urbano. Este poderá resultar num modelo estético-urbano que privilegia a performatividade da experiência estética, através de ações artísticas que possam levar a pessoa-cidadã a pensar outras possibilidades de políticas urbanas, convocando questões experienciais, mas cruciais para a convivência no sistema urbano, o habitar coletivo. A aceitação da finitude como uma declaração do direito à transcendência poderá permitir uma conexão com o poder transformador da Arte Pública. Assim, a experiência estética no espaço público configura-se como uma ação imanente que abre possibilidades de transcendência, entendida não como um fim, mas como um processo contínuo de transformação e reflexão. A Arte Pública é um processo de transformação que questiona, reflete e reorganiza as relações humanas para produzir espaço público; uma aproximação da dimensão de *comum*, que transcende a finitude individual, revelado por uma experiência estética simultaneamente pessoal e coletiva. A Arte Pública não se configura como um objetivo ou um resultado, mas como um meio de ativar e perpetuar a reflexão e a

ação no espaço urbano – para o mundo. Portanto, a experiência estética deverá criar ruturas com o “senso comum” e com o “consensual”, estimulando e direcionando o pensamento crítico (Rancière 2010). O poder da arte para reconfigurar o sensível, desafiando o *status quo* e permitindo outros modos de ver, interpretar e *habitar* mundo.

O que poderá ser entendido como uma objeção às transformações descritas por David Harvey (1980), que introduz o conceito de *compressão do tempo-espaço*. Esse conceito surge como consequência das transformações tecnológicas, económicas e sociais contemporâneas, que alteram a percepção de *tempo* e de *espaço* no contexto capitalista. A arte, ao questionar as formas estabelecidas de percepção, propõe novos modos de experienciar e *habitar* mundo, oferecendo alternativas a uma realidade marcada pela compressão temporal e espacial e pela aceleração da manipulação do sistema capitalista. Nesse sentido, a arte não apenas reflete e visibiliza essas mudanças, mas também atua como veículo para reconfigurar a relação tempo-espaço e as dinâmicas de poder que a sustentam. Logo, não será possível compreender *tempo* e *espaço* sem fenómenos sociais, que são relações temporais e espaciais, pois é na ação social (quando também é política) que se formam as relações de poder. E, consequentemente, a apropriação do espaço, neste tempo de acontecer, é, *per si*, uma forma de poder, um modo de intervir para resistir à mercantilização universal do tempo e do espaço que leva ao esvaziamento de valores e à alienação (Rosa 2010). A Arte Pública tem o poder de (des)comprimir *tempo-espaço*, rompendo com a linearidade do tempo imposto pela aceleração da sociedade contemporânea convocando a reflexão e a discussão sobre o estado do mundo e o *devenir*.

No entanto, é fundamental compreender o que significa Arte Pública e o que pode representar nas suas múltiplas dimensões. São diversos os autores que discorrem sobre o tema, a partir de diferentes concepções, propostas e projetos. Um exemplo relevante é a publicação *The Everyday Practice of Public Art* (Cartiere/Zebracki 2016), que reúne perspectivas de autores de áreas distintas como a Arte, a Curadoria, a Geografia Humana e Cultural, os Estudos Urbanos, a Antropologia, a Sociologia, a História e a Teoria da Arte, da Arquitetura e do Design, a Gestão Cultural e as Políticas Públicas, revelando diferentes abordagens sobre a prática da Arte Pública. Esses contributos são fundamentais, pois a Arte Pública não é um conceito autoexplicativo, logo, será necessário compreender o que está em questão quando se convoca a Arte Pública e o que, de facto, se deseja que ela represente. A Arte Pública é comumente apresentada com exemplos de práticas artísticas que englobam cinco eixos de transformação social: (1) acessibilidade e inclusão – tornar a arte acessível a todos, promovendo a participação da comunidade e garantindo que diversas vozes sejam ouvidas; (2) interação e contexto – transformar a arte numa experiência que dialoga com o ambiente e as pessoas; (3) práticas colaborativas – promover um sentido de comunidade, envolvendo os cidadãos e entidades interessadas; (4) impacto social –

abordar questões sociais (identidade, memória, justiça) como ferramenta para uma mudança desejável; (5) cotidiano como tema – integrar a vida das pessoas como matéria para a criação artística. Estes elementos poderão orientar para uma possível reconfiguração do conceito de Arte Pública, a partir de uma estética que ultrapassa a dimensão material, enfatizando a vivência (o imaterial), entendida como experiência, experimentação e experiencição. Isto provoca uma ação performativa, ampliando a sua capacidade de transformar e interagir com os contextos urbanos.

A Arte Pública deverá criar um espaço de encontro e relações democráticos, valorizando a politicidade da arte para incitar e determinar diferentes camadas discursivas, dialógicas e dialogantes para despoletar uma ação coletiva. Essa interferência estética, política e ética, ao possibilitar a experiência estética performativa (pela arte!), provoca uma discussão pública. No contexto urbano, a dimensão da performatividade, pela arte de âmbito público, tem o potencial de gerar um envolvimento-ação e incentivar uma participação plural que favoreça uma reflexão no, sobre e para o *habitar* coletivo, que é simultaneamente territorial e experiencial.

Notas

* Gisela Rebelo de Faria (ciência ID 371D-OEC7-7873, email: gf@letras.pt) é investigadora doutoranda no Philosophy and Public Space Research Group do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto – FIL/00502 – e cofundadora de Limina, cooperativa cultural com sede no Porto, onde ocupa a função de direção artística. Desenvolve a sua prática profissional pela articulação entre a investigação científica e a criação artística performativa, procurando transformar espaço de uso público em espaço público efetivo, contribuindo, assim, para uma reconfiguração conceptual de “arte pública”.

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da FCT/MCTES - Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito do Projeto do Instituto de Filosofia com a referência UIDB/00502/2020.

Bibliografia

- Brenner, Neil (2014), *Implosions/Explosions: Towards a study of planetary urbanization*, Berlin, Jovis.
- Cartiere, Cameron & Zebracki, Martin (eds.) (2016), *The Everyday Practice of Public Art – Art, Space, and Social Inclusion*, Londres, Routledge.
- Espinosa, Bento de (1992), *Ética*, trad. Diogo Pires de Aurélio, Lisboa, Relógio d'Água.
- Fischer-Lichte, Erika (2019), *Estética do Performativo*, trad. Manuela Gomes, Lisboa, Orfeu Negro.
- Galeano, Eduardo (2018), *As Palavras Andantes*, trad. Helena Pitta, Lisboa, Antígona.
- Harvey, David (2012), *Rebel Cities. From the right to the city to the urban revolution*, Verso, New York.
- Heidegger, Martin (2012), *Ser e Tempo*, trad. Fausto Castilho, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- Innerarity, Daniel (2006), *El Nuevo Espacio Público*, Madrid, Espasa.
- Latouche, Serge (2012), *O Desafio do Decrescimento*, trad. António Viegas, Lisboa, Economia e Política.
- Pereira, Paula Cristina (2011), *Condição Humana e Condição Urbana*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pereira, Paula Cristina (2019), “City and common space”, in S. Meagher, S. Noll & J. Biehl (eds.), *The Routledge Handbook on Philosophy of the City*, Londres, Routledge: 253-262.
- Rancière, Jacques (2010), *Estética e Política: a partilha do sensível*, trad. Mônica Costa Netto, Porto, Dafne Editora.
- United Nations (1987), *Our Common Future. Report of the World Commission on Environment and Development*.
- (2024), *World Cities Report 2024. Cities and Climate Action*.